



RELATÓRIO DE GESTÃO

0 – INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto, os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo e, em 01-01-2020 entrou em vigor por força da Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento do Município de Ribeira Grande em 2021, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentada em anexo às demonstrações financeiras.

As contas do Município de Ribeira Grande foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.





1 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Ribeira Grande que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, a saber:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	1 195 516,00	1 222 999,49	1 006 422,56	82,29
1.1.1	Administração geral	699 766,00	599 459,42	396 772,47	66,19
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	495 750,00	623 540,07	609 650,09	97,77
2.	Funções sociais	8 555 091,00	11 249 211,97	8 868 980,50	78,84
2.1.1	Ensino não superior	932 019,00	898 434,21	759 200,38	84,50
2.2.0	Saúde	88 630,00	309 789,25	272 441,84	87,94
2.3.2	Ação social	245 651,00	281 185,34	248 092,67	88,23
2.4.1	Habitação	1 003 035,00	1 294 339,84	1 249 169,93	96,51
2.4.2	Ordenamento do território	166 637,00	427 385,80	409 188,82	95,74
2.4.3	Saneamento	1 287 784,00	2 307 510,22	739 434,78	32,04
2.4.4	Abastecimento de água	1 203 865,00	995 612,77	914 922,79	91,90
2.4.5	Resíduos sólidos	1 391 879,00	1 228 487,93	1 165 312,53	94,86
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	486 554,00	409 122,36	310 497,98	75,89
2.5.1	Cultura	161 789,00	218 836,12	208 151,00	95,12
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1 165 236,00	1 941 049,85	1 675 393,10	86,31
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	422 012,00	937 458,28	917 174,68	97,84
3.	Funções económicas	5 173 085,00	5 765 420,59	4 449 289,34	77,17
3.2.0	Indústria e energia	399 257,00	376 563,96	188 152,87	49,97
3.3.1	Transportes rodoviários	4 366 498,00	4 535 665,36	3 554 795,35	78,37
3.4.1	Mercados e feiras	51 468,00	18 151,69	8 327,72	45,88
3.4.2	Turismo	150 001,00	464 614,82	374 085,77	80,52
3.5.0	Outras Funções Económicas	205 861,00	370 424,76	323 927,63	87,45
4.	Outras funções	603 538,00	883 737,63	883 734,37	100,00
4.2.1	Transferência entre administrações	603 538,00	883 737,63	883 734,37	100,00
TOTAL		15 527 230,00	19 121 369,68	15 208 426,77	79,54

Atingiu-se um índice de execução de 79,54% e a taxa de execução física das Grandes Opções do Plano em termos de faturação, é de **80,59%**.

Funções Gerais – Objetivo 1

Administração geral e Proteção civil e luta contra incêndios

2021 foi ainda um ano com fortes restrições devido à pandemia provocado pelo vírus Sars-Cov2. Isso refletiu-se nas prioridades de investimento da autarquia, com efeitos diretos no dia-a-dia dos ribeiragrândenses.

Atendendo a essa realidade, mas também devido a diversos ataques informáticos que muitas empresas e instituições públicas foram alvo, a Câmara Municipal optou por reforçar a segurança informática, tendo investido 101.644,15 euros em software e 71.783,42 euros em novos equipamentos.

Na proteção civil e luta contra incêndios destaque para o apoio ao plano anual de atividades da associação humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, no valor global de 115.000 euros e a obra de consolidação dos taludes na estrada Maia/Lombinha, cuja execução cifrou-se em 412.799,33 euros, totalizando 952.110,52 euros desde o início da empreitada.





Foi ainda adquirido diverso material de proteção civil, fruto de uma candidatura ao programa Açores 2020, no valor de cerca 80.000 euros co-financiada em 85%.

Funções Sociais – Objetivo 2

Ensino não superior

A aposta na educação tem merecido uma atenção especial deste executivo camarário. Em 2021 foram investidos 759.200,38 euros, onde se destaca o contrato programa com a Cooperativa de ensino A Ponte Norte, no valor de 462.700 euros, para fazer face aos custos inerentes ao ensino profissional no concelho, mas também que serviram para implementar projetos educativos estruturantes, como são os casos: rede municipal de ATL's; projeto sala extra; educação musical e expressão dramática.

Por outro lado continuou-se a beneficiar os imóveis afetos ao ensino no concelho, como foram os casos das escolas do primeiro ciclo na Maia, António Tavares Torres em Rabo de Peixe, Padre Laudalino Moniz de Sá, no Porto Formoso, na escola das Calhetas e a implementação do projeto do Orçamento Participativo Jovem na escola Luísa Constantino em Rabo de Peixe.

Saúde

Na saúde, e pelo segundo ano consecutivo, a autarquia utilizou verbas para fazer face às exigências impostas pelas autoridades de saúde, nomeadamente no que diz respeito a medidas de mitigação da propagação do vírus Covid-19.

Nesse sentido foram executados 272.441,84 euros, onde se destaca a aquisição de material, como testes à Covid-19, material de proteção individual e transferências para instituições.

Em dois anos foram contabilizados cerca de 420.000 euros executados nestas rubricas, o que diz bem nota do esforço que a autarquia tem feito para combater a pandemia.

Ação Social

Durante o ano de 2021 foram investidos 248.092,67 euros, um aumento de cerca de 60% face ao ano anterior. Nesta área destacam-se os investimentos no programa "Habitação Degradada" que teve uma execução de 103.008,21 euros e a atribuição de bolsas de estudo que contabilizaram 114.319,28 euros com mais de 120 bolseiros contemplados, de acordo com o regulamento em vigor, um aumento em cerca de 30% face a 2020.

Habitação

Em 2021 foram contabilizados 1.249.169,93 euros investidos nesta rubrica, onde a maior fatia é a locação financeira de habitações sociais, no valor anual de 852.180,17 euros e a aquisição de moradias para realojamento, com destaque para a compra de um terreno em Santa Bárbara com a finalidade de promover um loteamento urbano.

Ordenamento do Território

Nesta rubrica realça-se o investimento realizado com a "Unidade de Execução do Monte Verde", um instrumento fundamental para o desenvolvimento da cidade, e cujo valor investido cifrou-se em 383.821,77 euros, atendendo à aquisição de algumas parcelas de terreno para integrarem a nova zona de expansão da cidade.

Saneamento e abastecimento de Água

Em 2021 foram investidos cerca de 1.650.000 euros no reforço do abastecimento de água à população e na melhoria da rede de saneamento básico.

Dos investimentos realizados merecem destaque:





- Início da construção da rede de saneamento básico entre a cidade e a ETAR (estação de tratamento de águas residuais) na zona de Rabo de Peixe;
- A conclusão da empreitada na rua dos Condes, na Matriz;
- Travessa da Boavista, nas Calhetas;
- Rua das Covas, na Ribeirinha;
- Rua Eng. Arantes de Oliveira, na Ribeira Seca;
- Construção de um novo reservatório de água no Pico da Pedra;
- Projeto de captação de água na zona das Prainhas, na Ribeirinha.

Resíduos Sólidos

Durante o ano de 2021 a autarquia pagou 1.165.312,53 euros na área dos resíduos sólidos, sendo que praticamente a totalidade dessa verba destinou-se ao serviço de recolha urbana e ao depósito em aterro.

Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

Sensíveis à proteção do meio ambiente e à conservação da natureza, a Câmara Municipal da Ribeira Grande tem vindo a investir nessas áreas nos últimos anos.

Em 2021 foram contabilizados 310.497,98 euros investidos, onde a maior fatia foi afeta à manutenção dos trilhos pedestres no concelho, no valor de 94.676,11 euros e a execução das obras no parque de lazer da Ribeirinha (38.822,57 euros) e a adaptação de uma moradia no Centro Interpretativo da Geotermia (37 358,62 euros), cuja obra estará concluída em 2022.

Merece ainda destaque a campanha de esterilização levada a cabo pela Casa dos Animais – Centro de Recolha Oficial, no valor de 21.874,96 euros.

Cultura

Em 2021, fruto das restrições impostas pela pandemia e que prejudicaram particularmente as atividades culturais, a autarquia investiu 208.151 euros onde se destacam os protocolos com diversas instituições ligadas a essa área (61.999,55 euros).

Aproveitando o fecho imposto de alguns espaços culturais, a autarquia aproveitou para investir nas suas infraestruturas, como foi o caso do Museu da Emigração, que está a ser alvo de uma reformulação museográfica (24.905,25 euros) e finalizou-se a obra da Casa das Cavalhadas que totalizou 94.833,51 euros em 2021.

Desporto, Recreio e Lazer

No total foram investidos 1.675.393,10 euros nestas áreas, um aumento em cerca de 20% face ao ano anterior, o que revela a preocupação da autarquia em investir não só em novas infraestruturas desportivas, como também em apoiar os clubes e atletas do concelho.

Ao nível dos equipamentos, destaque para a obra do novo campo de jogos de Rabo de Peixe, cujo valor executado em 2021 foi de 787.379,81 euros e para as obras no polidesportivo dos Fenais da Ajuda no valor de 98.893,85 euros (parque de estacionamento e zona envolvente).

Realce ainda para o montante investido de 531.482,82 euros para apoio direto aos clubes.

Outras Atividades Cívicas e Religiosas

Em 2021, fruto das fortes restrições impostas pela pandemia, a autarquia reforçou os apoios às diversas instituições com atividade no concelho, tendo duplicado o valor face a 2020, atingindo os 917.174,68 euros.

Trata-se do maior valor dos últimos anos, o que denota a preocupação deste executivo camarário em apoiar a atividade das diversas instituições do concelho.





Funções Económicas – Objetivo 3

Indústria e energia

Durante o ano de 2021 a autarquia avançou com a empreitada “Eficiência Energética” nos edifícios municipais que foram identificados com maior consumo na fatura mensal de eletricidade, tendo executado 95.623,03 euros.

Transportes rodoviários

Nesta rubrica foram realizados 3.554.795,35 euros, um aumento em cerca de mais 1 milhão de euros em relação a 2020.

Destaque para as obras realizadas:

- Rede de ciclovias da cidade (249.749,24 euros);
- Rua dos Condes na Matriz (322.121,40 euros);
- Aquisição de terreno para parque de estacionamento na rua da Ribeira, na Lomba de São Pedro (42.000,00 euros);
- Parque de estacionamento na rua do Berquó, na Conceição (21.399,98 euros);
- Reabilitação da rua das Covas, na Ribeirinha (85.545,75 euros);
- Reabilitação da rua Nossa Senhora da Ajuda, nos Fenais da Ajuda (58 500,00 euros);
- Reabilitação da rua Eng. Arantes de Oliveira, na Ribeira Seca (98.315,97 euros);
- Reabilitação da rua da Chã, na Lomba de São Pedro (59.280,00 euros);
- Construção da rotunda da Grota, na Matriz (141.235,06 euros);
- Alargamento do caminho e acesso à zona das Gramas, na Ribeirinha (55.896,88 euros);
- Construção de infraestruturas no loteamento industrial no Km 8, em Rabo de Peixe (109.525,80 euros);
- Reabilitação da artéria principal na freguesia de Santa Bárbara (66.996,80 euros);
- Aquisição de 3 moradias para construção de zona de estacionamento na rua Dr. Dinis Moreira da Mota, no Pico da Pedra (245.000 euros);
- Aquisição de moradia para construção de zona de estacionamento na rua Direita 2ª Parte, na Ribeirinha (105.000 euros).

Turismo

Em 2021 a autarquia investiu 374.085,77 euros nesta rubrica onde se destacam os eventos promovidos, como a festa da Flor, as festas da Cidade e eventos musicais durante o verão que permitiram dinamizar o comércio local.

Foi ainda realizada a feira “Mar com Vida”, projeto co-financiado pelo programa Mar 2020 e cujo valor se cifrou em 67.518,74 euros.

Outras Funções Económicas

Uma das preocupações da autarquia, durante o período das restrições impostas pela pandemia, foi criar dinâmicas que pudessem dinamizar o comércio local e criar programas de apoio, a fundo perdido, aos empresários que viram a faturação dos seus negócios reduzir drasticamente.

Nesse sentido, a Câmara Municipal criou regulamentos de apoio à atividade económica, com o objetivo de se manter os postos de trabalho, tendo investido 143.074,66 euros nessa área.

Em 2021 foram ainda investidos 179.090,77 euros na obra de adaptação do antigo matadouro numa incubadora de base local.





Outras Funções – Objetivo 4

Transferências entre Administrações

Em 2021 foram transferidos para as juntas de freguesia 883.734,37 euros, tendo se mantido os contratos interadministrativos do ano anterior, numa lógica de descentralização de competências que tem vindo a ganhar uma nova dinâmica com este executivo camarário.





1.1.1 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2021, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos programados e executados em cada um dos grandes setores estruturais, a saber:

INVESTIMENTOS POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1.	Funções gerais	1 071 516,00	1 080 449,49	869 491,43	80,47
1.1.1	Administração geral	690 766,00	571 909,42	374 841,34	65,54
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	380 750,00	508 540,07	494 650,09	97,27
2.	Funções sociais	5 400 602,00	7 049 119,49	4 910 007,45	69,65
2.1.1	Ensino não superior	131 207,00	231 118,94	140 077,54	60,61
2.2.0	Saúde	27 271,00	21 119,15	21 118,12	100,00
2.3.2	Ação social	1,00	1,00	0,00	0,00
2.4.1	Habituação	988 035,00	1 279 619,84	1 240 276,42	96,93
2.4.2	Ordenamento do território	166 637,00	427 385,80	409 188,82	95,74
2.4.3	Saneamento	1 241 726,00	2 273 046,83	708 911,88	31,19
2.4.4	Abastecimento de água	1 182 865,00	980 805,52	903 984,66	92,17
2.4.5	Resíduos sólidos	298 172,00	20 409,70	7 186,19	35,21
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	310 962,00	233 460,49	170 612,27	73,08
2.5.1	Cultura	30 000,00	30 000,01	24 905,25	83,02
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	754 235,00	1 407 032,59	1 143 910,28	81,30
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	269 491,00	145 119,62	139 836,02	96,36
3.	Funções económicas	4 864 085,00	5 119 948,24	3 934 834,78	76,85
3.2.0	Indústria e energia	399 257,00	376 563,96	188 152,87	49,97
3.3.1	Transportes rodoviários	4 260 498,00	4 398 763,06	3 464 556,85	78,76
3.4.1	Mercados e feiras	51 468,00	18 151,69	8 327,72	45,88
3.4.2	Turismo	1,00	101 541,63	94 706,57	93,27
3.5.0	Outras Funções Económicas	152 861,00	224 927,90	179 090,77	79,62
TOTAL		11 336 203,00	13 249 517,22	9 714 333,66	73,32

Atingiu-se o índice de execução de 73,32% e a taxa de execução física dos Investimentos em termos de faturação em **74,50%**.

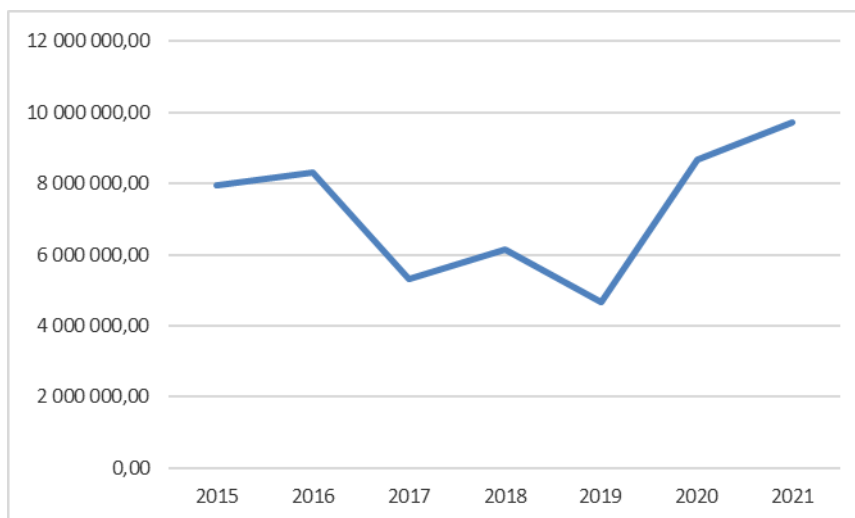
EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS

Designação	2015 €	2016 €	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €
Investimento pago	7 941 305,64	8 321 490,08	5 315 682,10	6 140 769,49	4 680 349,81	8 664 359,41	9 714 333,66





EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Os valores expressos refletem um aumento do investimento de 12,12% em relação a 2020, **atingindo em 2021, o valor de 9,7 milhões de euros.**

1.1.2 – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Na Execução Anual das Atividades mais relevantes, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2021, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes às atividades programadas e executadas em cada um dos grandes setores estruturais:

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1.	Funções gerais	124 000,00	142 550,00	136 931,13	96,06
1.1.1	Administração geral	9 000,00	27 550,00	21 931,13	79,60
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	115 000,00	115 000,00	115 000,00	100,00
2.	Funções sociais	3 154 489,00	4 200 092,48	3 958 973,05	94,26
2.1.1	Ensino não superior	800 812,00	667 315,27	619 122,84	92,78
2.2.0	Saúde	61 359,00	288 670,10	251 323,72	87,06
2.3.2	Ação social	245 650,00	281 184,34	248 092,67	88,23
2.4.1	Habituação	15 000,00	14 720,00	8 893,51	60,42
2.4.3	Saneamento	46 058,00	34 463,39	30 522,90	88,57
2.4.4	Abastecimento de água	21 000,00	14 807,25	10 938,13	73,87
2.4.5	Resíduos sólidos	1 093 707,00	1 208 078,23	1 158 126,34	95,87
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	175 592,00	175 661,87	139 885,71	79,63
2.5.1	Cultura	131 789,00	188 836,11	183 245,75	97,04
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	411 001,00	534 017,26	531 482,82	99,53
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	152 521,00	792 338,66	777 338,66	98,11
3.	Funções económicas	309 000,00	645 472,35	514 454,56	79,70
3.3.1	Transportes rodoviários	106 000,00	136 902,30	90 238,50	65,91
3.4.2	Turismo	150 000,00	363 073,19	279 379,20	76,95
3.5.0	Outras Funções Económicas	53 000,00	145 496,86	144 836,86	99,55
4.	Outras funções	603 538,00	883 737,63	883 734,37	100,00
4.2.1	Transferência entre administrações	603 538,00	883 737,63	883 734,37	100,00
TOTAL		4 191 027,00	5 871 852,46	5 494 093,11	93,57





Atingiu-se o valor de 93,57% e uma taxa de execução física das Atividades Mais Relevantes em termos de faturação de **94,34%**.

1.2 – ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se no anexo a este relatório, os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

1.2.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

1.2.1.1 – RECEITAS CORRENTES

Composição	Executado* 2020	Previsto 2021		Executado* 2021	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
1 Impostos Diretos	4 070 725,73	3 936 621,00	3 785 157,41	4 047 126,54	106,921
2 Impostos Indiretos	17 584,38	0,00	0,00	0,00	0,000
4 Taxas, Multas Outras Penalidades	119 498,97	137 716,00	100 101,95	209 424,56	209,211
5 Rendimentos de Propriedade	509 982,92	519 498,00	510 910,24	531 820,45	104,093
6 Transferências Correntes	10 559 767,23	11 338 454,00	11 530 415,95	11 414 247,31	98,993
7 Venda Bens e Serviços Correntes	3 848 146,13	3 976 989,00	3 967 538,36	4 323 954,96	108,983
8 Outras Receitas Correntes	2 036,26	1 612,00	1 612,00	234,50	14,547
Total das Receitas Correntes	19 127 741,62	19 910 890,00	19 895 735,91	20 526 808,32	103,172

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira das autarquias, já que se trata de um fluxo monetário estável.

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e a Venda de Bens e Serviços Correntes que representam 96,39% das Receitas Correntes.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas brutas é de 103,172%.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas líquidas é de 102,675%.

De 2020 para 2021 o valor das receitas correntes aumentou 7,31%. Este aumento deve-se em grande parte à diminuição das medidas extraordinárias de combate à pandemia de Covid 19, e verifica-se essencialmente nos Impostos Indiretos e Taxas, multas e outras penalidades (2020: 137.083,35 euros; 2021: 209.424,56 euros), nos Rendimentos de Propriedade (2020: 509.982,92 euros; 2021: 531.820,45 euros), nas Transferências correntes (2020: 10.559.767,23 euros; 2021: 11.414.247,31 euros), e na Venda de bens e serviços correntes (2020: 3.848.146,13 euros; 2021: 4.323.954,96 euros).

A inexistência de impostos indiretos em 2021, resulta da aplicação da FAQ 39 CNC, que originou a passagem dos valores das dotações das rubricas 02 Impostos Indiretos para as rubricas 04 Taxas, Multas e Outras Penalidades, através da 1ª revisão ao Orçamento da Receita de 2020.





1.2.1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2020	Previsto 2021		Executado* 2021	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
9 Venda Bens Investimento	39 223,51	50 491,00	50 491,00	65 063,73	128,862
10 Transferências de Capital	2 253 506,12	3 569 749,00	3 502 851,14	3 077 369,87	87,853
11 Ativos Financeiros	90 000,00	1,00	1,00	0,00	0,000
12 Passivos Financeiros	2 783 668,68	1 052 473,00	1 596 051,15	1 596 051,15	100,000
13 Outras Receitas de Capital	298 790,10	22 300,00	22 300,00	0,00	0,000
Total das Receitas de Capital	5 465 188,41	4 695 014,00	5 171 694,29	4 738 484,75	91,623

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Transferências de Capital, que perfazem 64,94% das Receitas de Capital, resultam, fundamentalmente, das Transferências do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), e da Região Autónoma dos Açores (Contratos ARAAL).

No que concerne aos Passivos Financeiros que representam 33,68 % das Receitas de Capital, reportam-se à utilização da parte restante do empréstimo de médio e longo prazo para as obras previstas no PPI para 2019 no valor de 1.596.051,15 euros.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas brutas é de 91,623%.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas líquidas é de 91,623%.

De 2020 para 2021 o valor das receitas de capital diminuiu 13,30%. Esta diminuição verifica-se essencialmente nos Passivos Financeiros (2020: 2.783.668,68 euros; 2021: 1.596.051,15 euros), nos Ativos Financeiros (2020: 90.000,00 euros; 2021: 0,00 euros), e nas Outras Receitas de capital (2020: 298.790,10 euros; 2021: 0,00 euros).

1.2.1.3 – OUTRAS RECEITAS

Composição	Executado* 2020	Previsto 2021		Executado* 2021	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	42 164,98	32 096,00	32 096,00	18 114,16	56,437
Total de Reposições não abatidas	42 164,98	32 096,00	32 096,00	18 114,16	56,437

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido das reposições não abatidas nos pagamentos é de 56,437 %.





Composição	Executado* 2020	Previsto 2021		Executado* 2021	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
16 Saldo da gerência anterior	2 973 604,04	0	4 477 294,92	4 477 294,92	100,000
Total Saldo da Gerência Anterior	2 973 604,04	0	4 477 294,92	4 477 294,92	100,000

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido é de 100,000%.

De 2020 para 2021 o valor do saldo da gerência anterior aumentou 50,57%, devido ao aumento do saldo da conta de gerência de 2019 para 2020 (2019: 2.973.604,04 euros; 2020: 4.477.294,92 euros).

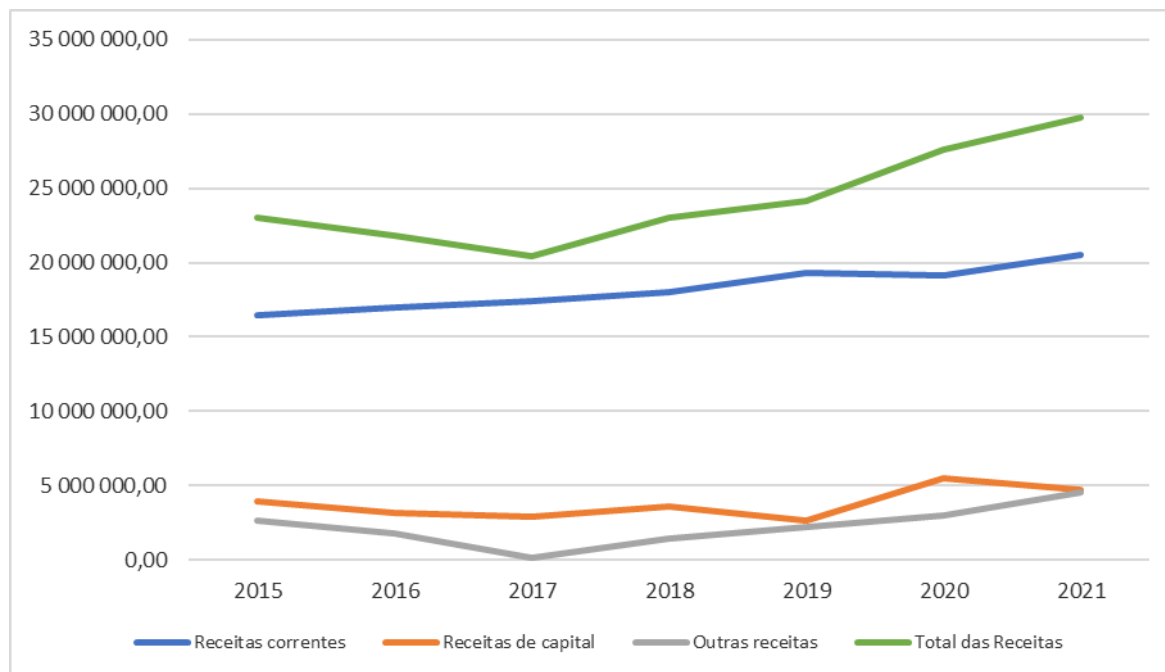
1.2.1.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Designação	2015 €	2016 €	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €
Receitas correntes	16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73	17 985 041,01	19 330 540,89	19 127 741,62	20 526 808,32
Receitas de capital	3 969 520,07	3 117 124,14	2 916 596,13	3 618 709,09	2 646 848,44	5 465 188,41	4 738 484,75
Outras receitas	2 589 878,46	1 788 822,42	88 954,25	1 385 706,35	2 212 751,83	3 015 769,02	4 495 409,08
Total das Receitas	23 004 651,70	21 848 752,88	20 406 404,11	22 989 456,45	24 190 141,16	27 608 699,05	29 760 702,15





EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



O índice de execução das receitas atingido é de 100,287%.

1.2.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

1.2.2.1– DESPESAS CORRENTES

Composição	Executado* 2020	Previsto 2021		Executado* 2021	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
1 Despesas com o Pessoal	5 786 915,42	6 049 125,00	6 244 503,11	6 133 905,51	98,229
2 Aquisição Bens e Serviços	4 114 010,61	3 527 891,00	4 400 985,05	3 812 033,82	86,618
3 Juros e Outros Encargos	421 978,68	285 138,00	518 732,09	516 747,62	99,617
4 Transferências Correntes	1 273 319,51	995 420,00	1 406 448,43	1 374 406,83	97,722
5 Subsídios	0	462 700,00	462 700,00	462 700,00	0,000
6 Outras Despesas Correntes	222 896,63	198 845,00	190 779,27	166 067,55	87,047
Total Correntes Despesas	11 819 120,85	11 519 119,00	13 224 147,95	12 465 861,33	94,266

As Despesas Correntes têm um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, verificando-se um aumento do seu valor (+5,47%). Como se pode verificar, as Despesas com o Pessoal, acusaram um peso de 24,36% no Total da Despesa e a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as Despesas Totais em 15,14%.

O índice de execução atingido é de 94,266%.





1.2.2.2 – DESPESAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2020	Previsto 2021		Executado* 2021	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
7 Aquisição de Bens de Capital	8 664 359,41	11 336 203,00	13 249 517,22	9 714 333,66	73,318
8 Transferências de Capital	1 195 167,54	577 441,00	1 770 406,27	1 755 203,77	99,141
9 Ativos Financeiros	30 331,25	2,00	2,00	0,00	0,000
10 Passivos Financeiros	1 030 898,27	1 055 235,00	969 674,49	969 083,76	99,939
11 Outras Despesas de Capital	312 065,21	150 000,00	363 073,19	279 379,20	76,948
Total Despesas de Capital	11 232 821,68	13 118 881,00	16 352 673,17	12 718 000,39	77,773

As Despesas de Capital justificam-se, fundamentalmente, pelo engrandecimento dos investimentos efetuados na gerência e pelos passivos financeiros (amortização de empréstimos bancários).

O índice de execução atingido é de 77,773%.

De 2020 para 2021 o valor das despesas de capital aumentou 13,22%.

Face ao significado da parcela dos Investimentos, importa referir que o seu montante representa 38,57% da totalidade da despesa e 76,38% das despesas de capital.

1.2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

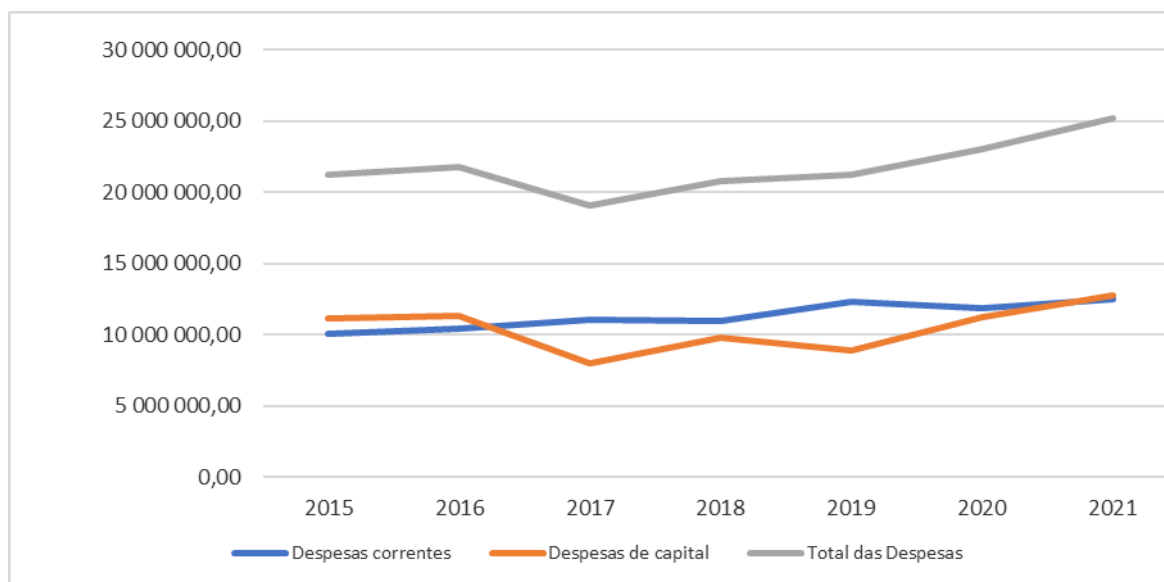
Apresentar-se-á, de seguida, a evolução das Despesas Correntes e de Capital.

Designação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30	10 980 240,40	12 324 685,02	11 819 120,85	12 465 861,33
Despesas de capital	11 133 542,37	11 335 030,80	8 014 205,00	9 827 492,52	8 891 852,10	11 232 821,68	12 718 000,39
Total das Despesas	21 219 584,12	21 768 024,33	19 038 460,30	20 807 732,92	21 216 537,12	23 051 942,53	25 183 861,72





EVOLUÇÃO DAS DESPESAS



O índice de execução das despesas atingido é de 85,148%.

1.2.3 – ANÁLISE GLOBAL

1.2.3.1 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

As Receitas e as Despesas, Correntes e de Capital, apresentam a seguinte estrutura:

Considerando as Receitas Correntes Brutas:

Descrição	Valor executado	%
Receitas Correntes Brutas	20 526 808,32	81,19
Receitas de Capital	4 738 484,75	18,74
Receitas Outras	18 114,16	0,07
TOTAL DA RECEITA	25 283 407,23	100,00
Despesas Correntes	12 465 861,33	49,50
Despesas de Capital	12 718 000,39	50,50
TOTAL DA DESPESA	25 183 861,72	100,00





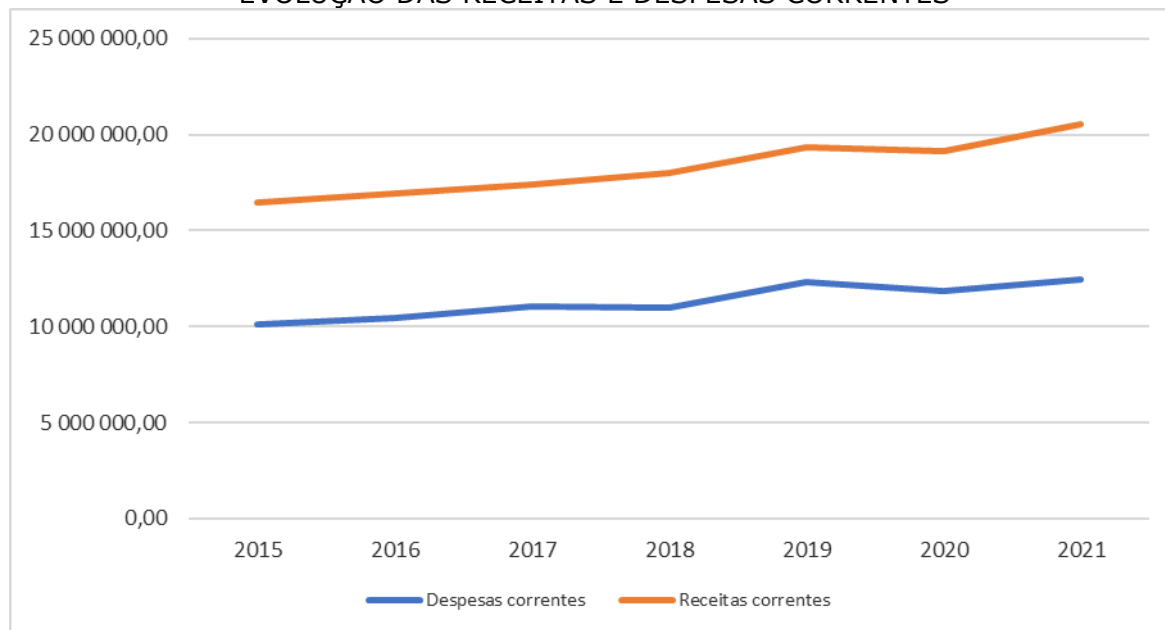
Considerando as Receitas Correntes Líquidas de Reembolsos:

Descrição	Valor	%
Receitas Correntes de Reembolsos	20 427 874,94	81,11
Receitas de Capital	4 738 484,75	18,82
Receitas Outras	18 114,16	0,07
TOTAL DA RECEITA	25 184 473,85	100,00
Despesas Correntes	12 465 861,33	49,50
Despesas de Capital	12 718 000,39	50,50
TOTAL DA DESPESA	25 183 861,72	100,00

O aspeto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das **receitas correntes superarem as despesas correntes em 8.060.946,99 euros, suportando, desta forma, uma parcela significativa dos investimentos.**

Designação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30	10 980 240,40	12 324 685,02	11 819 120,85	12 465 861,33
Receitas correntes	16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73	17 985 041,01	19 330 540,89	19 127 741,62	20 526 808,32

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES



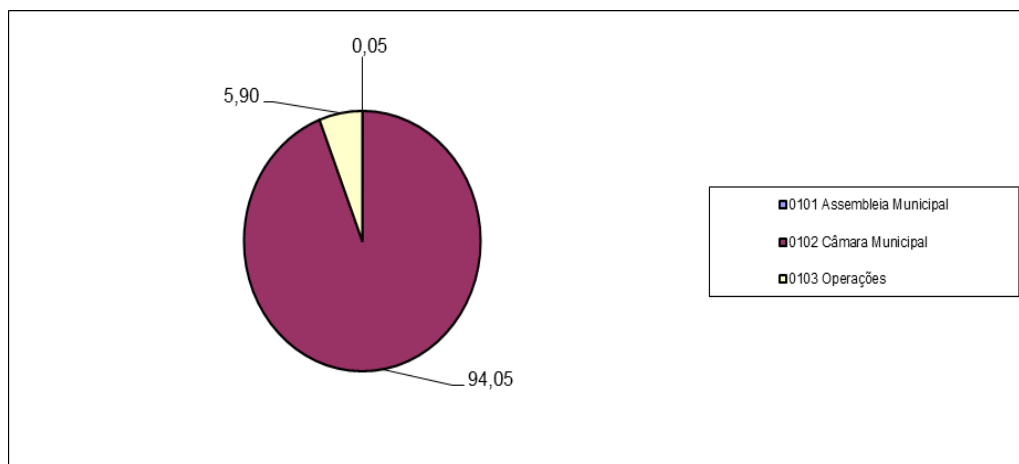


1.2.3.2 – REPARTIÇÃO POR ORGÃOS

Importa, ainda, referir que a utilização dos fundos da autarquia é efetuada pelos vários órgãos, as quais geram orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos.

Em 2021, a dimensão da intervenção de cada Órgão pode observar-se no seguinte diagrama:

Composição	Valor executado €	%
0101 Assembleia Municipal	11 518,89	0,05
0102 Câmara Municipal	23 686 511,45	94,05
0103 Operações	1 485 831,38	5,90
Total	25 183 861,72	100,00



1.2.3.3 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Tendo em atenção a natureza dos fluxos monetários registados ao longo de 2021, verificou-se um saldo para a gerência seguinte de 4.477.907,05 euros.

EVOLUÇÃO DO SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Designação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	€	€	€	€	€	€	€
Saldo para a gerência seguinte	1 785 067,58	80 728,55	1 367 943,81	2 181 723,53	2 973 604,04	4 477 294,92	4 477 907,05







2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base no acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

2.1 - BALANÇO

2.1.1 – ATIVO

Em 2021 o ativo do Município de Ribeira Grande atingiu os 175,5 milhões de euros o que significa um aumento de 3,7 milhões de euros face ao ano anterior (+2,16%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo:

Componentes do Ativo	2021	2020	Variação 2021/2020
Ativos fixos tangíveis	163 054 300,36	158 889 596,37	2,62%
Propriedades de investimento	1 214 868,99	1 221 029,46	-0,50%
Ativos intangíveis	1 377 368,96	1 452 716,38	-5,19%
Participações financeiras	915 250,67	1 027 685,88	-10,94%
Ativo não corrente	166 561 788,98	162 591 028,09	2,44%
Inventários	546 211,52	573 784,22	-4,81%
Devedores p/transf. E subsídios não reembolsáveis recebidos	150 263,63	536 897,09	-72,01%
Clientes, contribuintes e utentes	796 092,25	511 812,92	55,54%
Estado e outros entes públicos	0,00	3 701,77	-100,00%
Outras contas a receber	2 894 069,70	3 035 714,72	-4,67%
Diferimentos	20 102,35	22 105,32	-9,06%
Caixa e depósitos	4 575 377,44	4 555 412,12	0,44%
Ativo corrente	8 982 116,89	9 239 428,16	-2,78%
Total do Ativo	175 543 905,87	171 830 456,25	2,16%

Os ativos fixos tangíveis representam 92,89% do total do ativo e registaram uma subida de 4,1 milhões de euros. Este aumento deve-se sobretudo a obras realizadas.

As dívidas de terceiros representam 2,19% do ativo e tiveram uma ligeira variação negativa. As dívidas de terceiros, incluem os créditos sobre utentes de rendas de habitações sociais, de ocupação do mercado municipal e Parque Industrial, de utentes de águas, e de transferências do Governo Regional quanto aos contratos ARAAL que foram celebrados com a Direção Regional de Habitação, estando em dívida os valores do 2º semestre de 2021 do Contrato ARAAL do Serviço da Dívida.

A rubrica do Ativo "Outras contas a receber" que totaliza 2.894.069,70 euros, inclui 2.378.935,62 euros dos devedores por acréscimos de IMI, 492.821,58 euros de outros acréscimos de rendimentos e 22.312,50 euros de devedores pela venda de património.

Os diferimentos ascendem a 20 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma ligeira diminuição relativamente ao ano anterior.





É de salientar o ligeiro aumento do saldo de disponibilidades de 4.555. 412,12 euros em 2020 para 4.575.377,44 euros em 2021.

2.1.2 – PASSIVO

Em relação ao passivo, o Município de Ribeira Grande fechou o ano com um valor de 23,4 milhões de euros, sendo constituído em 85,18% por passivo não corrente e em 14,82% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Passivo	2021	2020	Variação 2021/2020
Provisões	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	19 944 808,46	20 239 975,90	-1,46%
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00%
Passivo não corrente	19 944 808,46	20 239 975,90	-1,46%
Credores p/transf. E subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores	125 260,54	54 988,96	127,79%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	85 148,69	72 797,74	16,97%
Financiamentos obtidos	1 946 065,69	1 876 111,03	3,73%
Fornecedores de investimento	154 460,59	21 635,62	613,92%
Outras contas a pagar	1 157 979,99	1 185 239,32	-2,30%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente	3 468 915,50	3 210 772,67	8,04%
Total do Passivo	23 413 723,96	23 450 748,57	-0,16%

Comparando com o período homologado, o total do passivo teve uma variação negativa de 0,16% que resulta da diminuição dos financiamentos obtidos (locações financeiras).

A dívida a terceiros dos empréstimos bancários aumentou 626.967,39 euros (2020: 10.491.980,43 euros; 2021: 11.118.947,82 euros), devido à utilização da parte restante do empréstimo de médio e longo prazo para as obras previstas no PPI para 2019. A dívida das locações financeiras que surgiu pela primeira vez no balanço de 2020 devido à introdução dos 3 contratos de arrendamento com opção de compra por terem sido considerados contratos locação financeira pela NCP 6 do novo normativo contabilístico SNC-AP, diminuiu 852.180,17 euros (2020: 11.624.106,50 euros; 2021: 10.771.926,33 euros).

A dívida a terceiros de médio e longo prazo dos financiamentos obtidos inclui 10.057.956,96 euros de empréstimos bancários e 9.886.851,50 euros de locações financeiras.

A dívida a terceiros de curto prazo (dívida que se vence em 2022) dos financiamentos obtidos inclui 1.060.990,86 euros de empréstimos bancários e 885.074,83 euros de locações financeiras.

A rubrica de fornecedores e a rubrica de fornecedores de investimento tiveram um aumento de 127,79% e 613,92%, respetivamente, no entanto, estes aumentos decorrem de faturas datadas de finais de dezembro de 2021, mas recebidas/confirmadas no MGD em 2022, e contabilizadas no módulo "Compromissos já transferidos para o ano seguinte", e portanto, a 31-12-2021 não estão vencidas.





No final do ano 2021, a dívida ao FAM era de 0,00 euros.

A rubrica do Passivo "Outras contas a pagar" que totaliza 1.157.979,99 euros, inclui 1.052.895,71 euros de credores por acréscimos de gastos; 97.460,16 euros de cauções pelo fornecimento de imobilizado; 10,23 euros do SEF; e 7.613,89 euros de retenções aos vencimentos (4.388,19 euros de combustíveis, 1.268,78 euros de sindicatos, 1.797,91 de penhoras judiciais, 117,40 euros da Seguradoras Unidas, S.A., 24,30 euros da ATAM, e 17,31 euros da Fidelidade Companhia de Seguros S.A.).

2.1.3 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Os Fundos Próprios /Património Líquido passaram a totalizar 152,1 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 3,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Património Líquido	2021	2020	Variação 2021/2020
Património/Capital	32 020 109,66	31 685 055,48	1,06%
Reservas	12 445 940,85	12 207 511,80	1,95%
Resultados transitados	46 331 701,57	42 136 603,87	9,96%
Ajustamentos em ativos financeiros	-502,26	-502,26	0,00%
Outras variações no Património Líquido	58 886 724,44	57 582 457,86	2,27%
Resultado líquido do período	2 446 207,65	4 768 580,93	-48,70%
Total do Património Líquido	152 130 181,91	148 379 707,68	2,53%

O crescimento ocorrido foi motivado por:

- Reforço do Património resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2020, no valor de 335.054,18 euros;
- Constituição de reservas legais resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2020, no valor de 238.429,05 euros;
- Resultados Transitados, que inclui a aplicação do resultado líquido do exercício de 2020, no valor de 4.195.097,70 euros;
- Doações de parcelas de terreno para a via pública, no valor de 27.536 euros;
- Diminuição das transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables, no valor de 591.678,36 euros;
- Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables, no valor de 153.384,99 euros;
- Outras transferências e subsídios de capital, no valor de 1.715.023,95 euros. Não ocorreram afetações de verbas a ativos depreciables pelo facto do Município não conseguir fazer prova das afetações;
- Diminuição do Resultado Líquido do exercício em 2.322.373,28 euros.





2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido ascende a cerca de 2,4 milhões de euros, verificando-se uma diminuição face ao ano anterior de 2.322.373,28 euros. Os rendimentos em 2021 foram de 22,4 milhões de euros para um nível de gastos de 20 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 4,50 % dos rendimentos e um aumento de 19,66 % dos gastos.

2.2.1 - GASTOS

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos concluir que houve um aumento de 3.288.836,34 euros face a 2020.

Gastos	2021	2020	Varição 2021/2020
Transferências e subsídios concedidos	3 153 225,84	1 972 022,55	59,90%
CMVMC	468 990,00	415 771,96	12,80%
FSE	4 549 050,45	4 763 254,38	-4,50%
Gastos com o pessoal	6 236 032,71	5 915 172,97	5,42%
Gastos de depreciações e de amortização	4 430 348,71	2 958 100,34	49,77%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22 435,21	0,00	100,00%
Perdas por imparidade	71 394,06	49 312,44	44,78%
Provisões do período	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	571 765,17	232 834,58	145,57%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	516 168,05	424 104,64	21,71%
Total dos Gastos	20 019 410,20	16 730 573,86	19,66%

As transferências e subsídios concedidos tiveram um aumento de 59,90% comparativamente com 2020, resultado da política social do executivo e das medidas extraordinárias de combate à pandemia de Covid 19.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (22,72%) e os gastos com o pessoal (31,15%).

Comparativamente com o período de 2020, os fornecimentos e serviços externos tiveram uma diminuição de 4,5% devido essencialmente à celebração do contrato programa com A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolv. Ribeira Grande, CRL, cuja despesa passou a ser contabilizada como um subsídio.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 5,42% devido à entrada de 4 Técnicos Superiores e à alteração do posicionamento remuneratório dos funcionários no âmbito do SIADAP 3 (biénio 2019/2020).

As amortizações do exercício tiveram um aumento de 49,77% em relação a 2020, devido à aplicação das novas vidas úteis aos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento de acordo com o Classificador complementar 2 (CC2), constante no novo normativo contabilístico SNC AP.





Os gastos e perdas por juros e outros encargos tiveram um aumento de 21,71% devido ao aumento dos juros de locação financeira dos 3 contratos de arrendamento com opção de compra (89 fogos Rabo de Peixe, 33 fogos Matriz e 30 fogos Ribeirinha).

2.2.2 - RENDIMENTOS

De seguida passamos para a análise dos rendimentos de 2021 e a sua evolução face ao ano anterior.

Rendimentos	2021	2020	Varição 2021/2020
Impostos, contribuições e taxas	4 539 300,13	4 677 194,12	-2,95%
Impostos diretos	3 093 612,70	3 419 912,73	-9,54%
Derrama	199 278,48	422 701,52	-52,86%
IMI	2 378 935,62	2 486 229,33	-4,32%
IUC	515 398,60	510 981,88	0,86%
Impostos indiretos	1 412 331,66	1 242 813,73	13,64%
Loteamentos e obras	124 470,90	65 494,23	90,05%
Ocupação da via publica	18 862,98	20 524,85	-8,10%
Publicidade	7 584,80	9 643,80	-21,35%
TMDP	11 498,87	12 626,91	-8,93%
TDFTH	1 255,50	744,00	68,75%
IMT	1 237 767,43	1 125 469,54	9,98%
Outros	10 891,18	8 310,40	31,05%
Taxas, multas e outras penalidades	33 355,77	14 467,66	130,55%
Multas e outras penalidades	33 355,77	14 467,66	130,55%
Vendas	2 437 251,83	2 293 651,50	6,26%
Prestações de serviços e concessões	1 688 964,58	1 320 771,65	27,88%
Transferências e Subsídios obtidos	11 307 695,32	10 367 170,66	9,07%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	242,74	-100,00%
Trabalhos para a própria entidade	150 344,66	135 573,47	10,90%
Outros Rendimentos	2 326 160,93	2 700 888,62	-13,87%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	15 900,40	3 662,03	334,20%
Total dos Rendimentos	22 465 617,85	21 499 154,79	4,50%

Efetuando uma análise aos rendimentos de 2021, podemos concluir que houve um aumento de 966.463,06 euros face a 2020.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos (68,15%), impostos indiretos (31,11%) e taxas, multas e outras penalidades (0,73%).

A diminuição dos impostos diretos em 2021 foi de 9,54% e resulta da diminuição da derrama devido à redução da taxa da derrama (-223 mil euros), e do imposto sobre imóveis (-107 mil euros).

Os impostos indiretos registaram um aumento de 13,64%, correspondente essencialmente ao aumento da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (+112 mil euros).





As rubricas de vendas e prestações de serviços tiveram um aumento de 6,26% e 27,88%, respetivamente, devido à diminuição das medidas extraordinárias de combate à pandemia de Covid 19.

As transferências e subsídios obtidos, totalizam 11,3 milhões de euros, tendo registado um aumento de 9,07%, que resulta do aumento das transferências do Estado e do PO Açores 2014-2020.

2.3 – INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	86,66%	86,35%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	6,80	6,61
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	2,53	2,83
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	2,30	2,57
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	1,89	2,07
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	1,61%	3,21%





3 – CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando -se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular. O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Apesar da evolução verificada com a aplicação do SNC-AP, ainda há muitos passos a concretizar nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

Nos anexos constam os mapas da Contabilidade de custos: Balancete por bens, Balancete por serviços, Balancete por funções, Cálculo do custo/hora Mão de Obra, Cálculo do custo/Hora Máquina.





4 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na sequência de informação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local enviou a seguinte comunicação a 17 de junho de 2021:

"O SNC-AP revogou o POCAL, exceto os pontos referentes às regras previsionais, ao controlo interno e às modificações orçamentais. O ponto 2.7.3 do POCAL, que define regras sobre a aplicação de resultados, foi, portanto, revogado e o SNC-AP não contém qualquer norma em sua substituição. No entendimento da CNC, com o qual concordamos, "o SNC-AP não define regras para a aplicação dos resultados, pelo que a eventual aplicação dos resultados líquidos do período em reservas legais ou outras deverá estar enquadrada em dispositivo legal diretamente aplicável à entidade", o que até à data não surgiu.

Refere ainda a CNC que "Neste sentido, não havendo norma habilitante para a constituição de reservas não deverão as mesmas ser constituídas, permanecendo em resultados transitados".

Tal não impede que o órgão executivo do município decida uma aplicação diferente de resultados, nomeadamente, reforçando reservas ou a conta Património, não estando esta decisão sujeita à aprovação da assembleia municipal, que apenas tomará conhecimento do assunto quando apreciar as contas da autarquia."

Assim, o executivo camarário propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 2.446.207,65 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 2.446.207,65 euros.

5 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Atendendo que a 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o Covid-19 é uma pandemia;

Atendendo que a 24 de fevereiro de 2022 começou a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o Município de Ribeira Grande não consegue estimar os impactos da pandemia e da guerra e a atuação que terá de assumir para responder aos mesmos durante o exercício de 2022.

Ribeira Grande, 16 de março de 2022

O Presidente da Câmara

Alexandre Branco Gaudêncio

